

“COMPANHEIRAS!”:
AS MULHERES E O MOVIMENTO OPERÁRIO
BRASILEIRO (1889-1930)

Benito Bisso Schmidt

A partir das últimas décadas do século XIX começam a se fazer sentir no Brasil as marcas da sociedade urbano-industrial. Uma industrialização ainda incipiente na qual convivem algumas poucas fábricas com grande concentração de trabalhadores e tecnologia “moderna” e muitas oficinas manufatureiras ou mesmo artesanais. Articulado com este processo inicia-se a formação de uma classe operária e, concomitantemente, ocorrem as primeiras manifestações do movimento operário. Sobretudo após a abolição da escravidão (1888) e a proclamação da República (1889), o operariado brasileiro começa a organizar-se em associações de defesa contra a opressão dos patrões. Inicialmente constituíram-se sociedades de mútuo socorro que visavam auxiliar os trabalhadores em caso de desemprego, viuvez, durante a velhice, etc. Posteriormente verificou-se o ingresso das ideologias que animavam o movimento operário europeu: o socialismo, o anarquismo, o anarco-sindicalismo e, já na década de 20, o comunismo. Estas penetram no Brasil por obra dos imigrantes (italianos, espanhóis, alemães, etc.) que vêm para o país como substitutos da mão-de-obra escrava nas lavouras mas que, em sua maioria, acabam concentrando-se nos maiores centros urbanos (como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre). Além disso, ocorreu um intenso intercâmbio de idéias com a Europa e com outros países latino-americanos através da circulação de militantes, jornais, panfletos, livros, peças teatrais, entre outros materiais de propaganda.

A historiografia brasileira já examinou este processo a partir de diversas perspectivas, tanto destacando as macro-transformações sócio-econômicas como analisando as experiências dos diversos sujeitos que nele atuaram. Porém apenas nas últimas décadas, os(as) historiadores(as) voltaram-se para a atuação das mulheres no movimento operário. Obviamente que esta “descoberta” participa de uma tendência mais geral de renovação dos estudos históricos que inclui, entre outros aspectos, o questionamento dos modos totalizantes/totalitários de se interpretar o passado e o resgate de sujeitos antes negligenciados pelo discurso histórico: mulheres, negros, índios, etc. Além disso temos o impacto do movimento feminista sobre a produção acadêmica, especialmente a partir dos anos 70, com o fim da ditadura militar. Quero, nesta apresentação, expor alguns resultados destes novos estudos relativos à participação de mulheres no movimento operário brasileiro, do final do século XIX, quando surgem as primeiras organizações, até a década de 1930, quando novas formas de relacionamento do Estado com os trabalhadores urbanos foram implantadas.

Desde o início do processo de industrialização, as mulheres constituíram uma parte significativa da classe operária brasileira, especialmente em alguns setores como o têxtil. Alguns exemplos: em São Paulo, as estatísticas informam que no final do século XIX,

72,74% dos trabalhadores nas indústrias de fiação e tecelagem eram mulheres e crianças. Em 1912, dos 7 estabelecimentos fabris visitados pelos inspetores do Departamento Estadual do Trabalho, num total de 1775 operários, 1340 eram do sexo feminino.¹ Em Pelotas e Rio Grande, duas importantes cidades industriais no extremo sul do Brasil, segundo o Recenseamento de 1920, as mulheres compunham cerca de um terço da mão-de-obra industrial.² É fácil perceber o porquê desta presença significativa do “sexo frágil” nas fábricas, embora a moral da época propugnasse que as senhoras “decentes” deveriam dedicar-se sobretudo ao lar: os salários pagos a mulheres e crianças era bem mais baixo do que os atribuídos aos homens, o que é constantemente denunciado pela imprensa operária.

Pelos relatos que temos da época, é possível perceber as terríveis condições do trabalho feminino nas indústrias. O pesquisador Edgar Rodrigues cita o depoimento da operária Luiza Ferreira de Medeiros, que trabalhava na fábrica têxtil Bangú, no subúrbio do Rio de Janeiro: “Iniciava o trabalho às 6 e terminava por volta das 17 horas sem horário para almoço definido. Era a critério dos mestres o direito de comer, e tendo ou não tempo para almoçar, o salário era o mesmo. As refeições eram feitas entre as máquinas. Apenas uma pia imunda servia-nos de bebedouro. Nunca recebíamos horas extras, mesmo trabalhando além do horário estabelecido”. A ocorrência do assédio sexual também é destacada pela operária, aparecendo também em muitas outras fontes: “Mestre Cláudio fechava as moças no escritório para forçá-las à prática sexual. Muitas moças foram prostituídas por aquele canalha. Chegava a aplicar punições de dez a quinze dias pelas menores faltas, e até sem faltas, para forçar as moças a ceder a seus intentos. As moças que faziam parte do sindicato eram vistas como meretrizes, ou pior que isso: eram repugnantes”.³

Como salienta Rago, o que mais chama atenção “(...) é a associação freqüente entre a mulher no trabalho e a questão da moralidade social”⁴. Trabalhar fora significa ingressar na esfera pública, o que transgredia a visão hegemônica naquele momento que associava o sexo feminino com o espaço da vida privada. Visão esta compartilhada por diversos agentes como médicos, juristas e jornalistas que procuravam reforçar a idéia de que o destino “natural” da mulher era ser esposa e mãe. Por exemplo: o médico Vitorino Assunção, em sua tese de doutoramento “Garantia Sanitária da Prole” de 1909, afirmava: “A mulher que contrai casamento deve ser convencida das leis naturais e morais que obrigam-na a exercer o círculo completo das funções de mãe. Se a isto recusar é que há uma falsificação dos sentimentos contrariando as manifestações naturais e sacrificando o dever que é sacrificar a si, a prole e a humanidade (...)”⁵. Neste caso, o discurso “científico” da medicina reforça uma série de mitos presentes no senso comum, relativos às idéias de sacerdócio das mães (“ser mãe é padecer no paraíso”) e da naturalidade do amor materno.

As mulheres que não assumissem estes papéis eram vistas como loucas, degeneradas ou prostitutas.

A historiadora Maria Clementina Pereira da Cunha, estudando os prontuários dos internos do hospício do Juquery em São Paulo, cita o caso de Antonia, de 22 anos, parda, solteira, internada em 1918. Sua história é reveladora do tratamento dado às mulheres que com sua conduta desafiavam os papéis sexuais vigentes: “(...) Frequentou o colégio, onde aprendeu a ler e escrever. Não consta que houvesse padecido de moléstias graves. Foi sempre um pouco débil de constituição, como de regra sucede com os mestiços entre nós.

Por morte de seu progenitor é que começa a sua história mental propriamente dita. Usufruindo um pequeno rendimento de herança, entregue a si mesma, começou a revelar-se incapaz de gerir seus bens, que dissipava sem conta (...). Um pouco mais tarde, sua conduta entrou a manifestar singularidades. Certa vez, comprou trajes masculinos e saiu a viajar neste estado. Foi reconhecida como mulher e presa pela polícia (...). Achamos, pelo exposto, que se trata de uma degenerada fraca de espírito em que se vai instalando pouco a pouco a demência”.⁶

Em relação às prostitutas, são muitas as preocupações dos especialistas no sentido de discipliná-las. O regulamento provisório às meretrizes de 1897, destinado a controlar o exercício de sua profissão, estabelecia entre outros pontos: “a) Que não são permitidos os hotéis ou conventilhos, podendo as mulheres públicas viver unicamente em domicílio particular, em número nunca excedente a três. b) As janelas de suas casas deverão ser guarnecidas, por dentro de cortinas duplas e por fora de persianas. c) Não é permitido chamar ou provocar os transeuntes por gestos e palavras e entabular conversação com os mesmos (...)”.⁷ Tratava-se, pois, de ocultar estas “messalinas” dos olhares das “famílias de bem”, evitando a degeneração do “corpo social”, segundo as metáforas organicistas da época.

A questão da mulher ocupou um espaço importante nas discussões e reivindicações do movimento operário, tanto socialista como anarquista. Em termos gerais, houve um espaço significativo para a contestação dos padrões morais vigentes, com a freqüente proclamação da igualdade entre os sexos. O militante socialista Antônio Guedes Coutinho, por exemplo, que atuou na cidade de Rio Grande no final do século XIX, atacava o casamento institucional e religioso e afirmava que, na sociedade socialista, as uniões seriam livres e baseadas exclusivamente no amor. Afirmava também a igualdade entre homens e mulheres e atribuía as diferenças existentes à educação: “(...) a razão da aparente inferioridade da mulher é efeito da educação que esta tem recebido (...)”.⁸ No mesmo sentido, o “Programa do Partido Socialista Rio-Grandense” defendia a “ampliação do sistema eleitoral, reconhecimento do direito de voto e elegibilidade à mulher (...)”.⁹

Do lado dos anarquistas, a educação da mulher trabalhadora aparece como um instrumento essencial de libertação. Neste sentido, no jornal “A Plebe” de 20 de novembro de 1920 pode-se ler: “antes de tudo, e isso é o essencial, ela deve fazer uso do seu raciocínio para se despir dos vãos temores, dos tolos preconceitos e dos ridículos escrúpulos que lhe inculca a falsa moral de Deus e da Pátria, para assim, obter o seu pensamento emancipado”.¹⁰

Porém, embora muitas vezes os socialistas e anarquistas tenham defendido a emancipação da mulher, é possível encontrar, nas práticas e discursos do movimento operário, um forte elemento sexista, com a reafirmação dos valores dominantes: a idéia de que a mulher deve se dedicar sobretudo ao lar, cumprindo suas funções “naturais” de esposa e de mãe, o controle de sua sexualidade, entre outros aspectos. Passo a citar alguns exemplos deste fato.

No jornal socialista “Echo Operário”, encontra-se um artigo transcrito do periódico português “A Voz do Proletário” com o seguinte teor: “A burguesia, as classes dominan-

tes, a sociedade, enfim (...) deve estar orgulhosa dessa grande conquista, arrancar as filhas do povo, a mulher do povo, do lar doméstico, onde a sua missão era toda candura e amor, criando e educando a sua prole, preparando a frugal refeição à sua família, lavando, compondo e fabricando o vestuário de todos, vivendo, enfim, na família e para a família. Arrancá-la, dizíamos, a essa missão, toda candura e amor, e metê-la na oficina, na fábrica, a fazer concorrência com o trabalho do esposo, expulsando-o do seu posto no trabalho, reduzindo-o, e com ele a todos, à miséria, à degradação (...).¹¹ Neste mesmo jornal, afirmava-se que “as senhoras são admitidas na ‘União Operária’ com iguais direitos aos homens, tendo as suas secções à parte e terão lei propriamente para o seu sexo, feita por elas, quando atingirem o número capaz de organizarem-se”.¹² Nos estatutos da União Operária, uma das primeiras associações operárias do país, estabelecida na cidade de Rio Grande, proclamava-se que “a sociedade só admitirá sócios do sexo feminino quando comprovada a sua idoneidade”.¹³ Segundo o jornal paulista “O amigo do povo”, de 28 de maio de 1904, quando uma operária do primeiro círculo anarquista no Rio de Janeiro, durante os anos 1890, praticou a doutrina do amor livre, trocando seu parceiro amoroso, o grupo se desintegrou.¹⁴

Tais representações podem ser percebidas também na iconografia veiculada pelos jornais operários. Vejamos alguns exemplos: a primeira gravura (anexo 1), capa do periódico anarquista “A Vida” de 30 de janeiro de 1914, mostra um operário vigoroso que brada pela liberdade, mirando o céu. Sua mulher olha submissa para o chão, apoiada no ombro do companheiro. De forma sintética, temos uma imagem simbólica da concepção vigente que associa o homem à ação e a mulher à passividade, cabendo ao primeiro proteger e guiar a segunda. A segunda gravura (anexo 2), capa do periódico socialista “Echo Operário” comemorativo do primeiro de maio de 1898, fala do papel das mulheres no movimento operário pela sua ausência. A cena mostra militantes empunhando a bandeira do socialismo e mirando o sol e o pássaro, símbolos da liberdade. Nenhuma mulher aparece na imagem.

A mulher só é representada com uma atitude vigorosa quando não parece ser uma pessoa real, mas uma alegoria, ou seja, o símbolo de uma idéia abstrata. Nas gravuras seguintes (anexos 3 e 4) as mulheres são alegorias da liberdade que guia os povos do mundo (constituído só de homens?!) e da civilização libertária que, empunhando as ferramentas-símbolos do trabalho, se levanta sobre os escombros da sociedade capitalista, representada pelas armas. Tais imagens remetem às alegorias surgidas na Revolução Francesa e que se prolongam no século XIX, como o famoso quadro de Delacroix “A liberdade guiando o povo”, alusivo às barricadas de 1830. Em todos os casos, temos uma nova forma de sacralização da figura feminina que substitui a imagem cristã de Maria: a sacralização da liberdade, da razão e do saber.

Apesar deste arsenal de práticas e discursos, produzidos por membros da elite mas também por certos setores do movimento operário, que procuravam associar a mulher com os papéis de mãe-esposa-dona-de-casa, reritos à esfera doméstica, é possível recuperar na documentação uma série de exemplos que evidenciam uma efetiva participação das mulheres em variadas manifestações do movimento operário.

A escritora, feminista e comunista Patrícia Galvão, a Pagu, descreveu em seu romance “Parque Industrial” uma cena que explicita a resistência das trabalhadoras às duras condições

de vida e trabalho: “Enquanto as fêmeas da burguesia descem de Higienópolis e dos bairros ricos para a farra das *garçonnières* e dos *clubs*, a criadagem humilhada, de touquinha e avental, conspira nas cozinhas e nos quintais dos palacetes. A massa explorada cansou e quer um mundo melhor”.¹⁵ Além desta resistência subterrânea, tecida nas cozinhas e quintais, as mulheres também organizaram-se e saíram às ruas para reivindicar seus direitos. O jornal anarquista “A Terra Livre” noticiava em 1907: “Uma das classes mais ignominiosamente exploradas, a classe das costureiras de carregação, na sua quase totalidade de mulheres, agitam-se atualmente em São Paulo para arrancar um aumento de salário aos seus patrões. Estes, quase todos de nacionalidade estrangeira, sórdidos e exploradores em máximo grau, negaram-se a satisfazer o pedido das operárias. Estas declaram-se em greve imediatamente”.¹⁶ A primeira grande greve geral do país, em 1917, contou com uma expressiva participação de operárias. Na cidade de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul, encontramos a operária Amélia Gomes discursando e “concitando as suas companheiras a se congregarem em torno dos trabalhadores a fim de lutarem em prol da felicidade e bem-estar de seus lares”. Dias depois, em uma assembléia na Liga Operária, discursou outra operária da Fábrica Fiação e Tecidos, Clementina Silva Ramos, que reclamava um aumento de salários.¹⁷

Para concretizar ainda mais a importância da participação feminina no movimento operário brasileiro, gostaria de citar alguns exemplos de mulheres que se destacaram na reivindicação dos direitos do seu sexo e dos trabalhadores em geral, enfatizando também as dificuldades por que passaram. Meu objetivo não é fazer a apologia de “heroínas”, mas destacar a atuação de algumas personagens que emergiram da opacidade do discurso dominante sobre o “belo sexo”.

Em primeiro lugar cito a professora e escritora mineira Maria Lacerda de Moura que se manteve muito próxima dos anarquistas, embora tenha guardado uma certa distância em relação a eles devido às suas convicções espiritualistas. Nascida em 1877, Maria Lacerda escreveu livros polêmicos como “A mulher é uma degenerada?” (1924), “Religião do amor e da beleza” (1926), “Amai e não vos multipliqueis” (1932), “Hans Ryner e o amor plural” (1933), entre outros. Publicou também a revista “A Renascença” (1923), e realizou inúmeras palestras nos meios intelectuais e nos círculos operários da época. Divergindo das feministas liberais, que reivindicavam sobretudo o sufrágio feminino, a personagem fundou a Federação Internacional Feminina, em 1921, com grupos de São Paulo e de Santos. Sua meta era “canalizar todas as energias femininas dispersas, no sentido da cultura filosófica, sociológica, psicológica, ética, estética - para o advento da sociedade melhor”.

A emancipação feminina foi a grande meta de Maria Lacerda. Em “A mulher é uma degenerada?”, ela contestava as concepções vigentes sobre os papéis destinados às mulheres: “(...) protesto contra a opinião antifeminista de que a mulher nasceu exclusivamente para ser mãe, para o lar, para brincar com o homem, para diverti-lo”. Tocava também em assuntos tabus como a sexualidade: “a ciência costuma afirmar que a mulher é uma doente periódica, que a mulher é útero. Afirma que o amor para o homem é apenas um acidente na vida e que o amor, para a mulher, é toda a razão de ser da sua vida, e ela põe nessa dor o melhor de suas energias e esgota o cálice de todas as suas amarguras, pois o amor é a consequência lógica, inevitável, de sua fisiologia uterina. Há engano no exagero de tais afirmações. Ambas nasceram pelo amor e para o amor”. Finalmente, reivindicava o amor livre e o

estabelecimento de novas relações afetivas: “Deixem o amor livre, absolutamente livre. Homens e mulheres encontrarão, nas leis biológicas e nas necessidades afetivas e espirituais, o seu caminho, a sua verdade e a sua vida... A solução só pode ser individual. Cada qual ama como pode...”. Ou ainda: “Por que só divinizar a Maternidade dentro do casamento legal? (...) Aceitar um senhor imposto pela religião, pela lei ou pelas conveniências é que é imoralidade”.¹⁸

Sobre a libertária Agostina Guizzardi temos menos referências: no início desse século, na cidade de Rio Grande, ela lecionava, proferia discursos, escrevia. No jornal “O Proletário” de 28 de janeiro de 1906, os redatores recomendavam aos operários a escola de italiano e português que seria inaugurada pela “companheira” Agostina Guizzardi. Ela também escreveu peças teatrais como “A Honra Proletária” e “Amor e Ouro”. Atuando na União Operária, não deixava de criticar os seus líderes, sem recear “melindrar a quem quer que seja”. Em um artigo, critica a diretoria da União por dar conotação patriótica a uma festa realizada em homenagem a um marinheiro português de passagem pela cidade, o que afrontaria a idéia de internacionalismo da luta proletária: “Ignorava talvez a comissão promotora que o talento é cosmopolita e a União Operária uma associação internacional? Esqueceram-se de que festejavam um filho do povo distinto, e não a nacionalidade portuguesa?”. O final do seu texto talvez aponte para o isolamento das vozes femininas no âmbito do movimento operário: “Sabemos perfeitamente que falamos no deserto, mas mesmo assim gritaremos cada vez mais, na esperança que no meio da aridez da inconsciência, ligada à mais imperdoável apatia, existe ainda alguns oásis, verdejantes de dignidade no pleno sentido da palavra. Às vezes, tanto se grita, até que alguém se lembra”.¹⁹

Finalmente destaco a trajetória de Laura Brandão, conhecida principalmente como mulher do militante Octávio Brandão, um dos fundadores do Partido Comunista do Brasil. Mais recentemente, através do primoroso trabalho de Maria Helena Berdardes, foi possível ultrapassar a idéia de que “por trás de um grande homem há sempre uma grande mulher”, e conhecer melhor a grandeza da militância de Laura. Ela nasceu em 1891, era professora, escritora e militante. Segundo seu marido, era quem “auxiliava o companheiro a carregar a cruz. Afastava as pedras do caminho. Arrancava os espinhos”. Ou então: “... a inspiradora, a animadora e a cooperadora. Acompanhou-me aos sindicatos, auxiliou-me no trabalho de massas...”.

No que tange à questão da mulher, não consta que Laura tenha participado de algum grupo ou associação feminista. Contudo os registros mostram que ela não ficou fora do debate instaurado no período. Com a publicação de seu livro “Meia Dúzia de Fábulas”, em 1917, a escritora deliciosamente desmascara o falso moralismo em relação às mulheres. A fábula “Sociedade Protetora”, por exemplo, conta a história de um terreiro onde as galinhas com seus pintinhos e frangas amargam a “sobra da miséria”, provocada pelo luxo das marrecas. Decide-se então, no terreiro, criar uma Sociedade Protetora do “sexo fraco”, com a ajuda dos patos - jornalistas - que promovem grandes festas para arrecadar dinheiro. No final, a “marreca mor” é eleita presidente da sociedade.

Através da fábula a autora criticava a sociedade capitalista, que sustenta o luxo de poucos a custa da miséria de muitos, e as artimanhas da política, representada pela eleição da “marreca mor”. Segundo seu marido, a publicação desta historietta resultou no fechamento

de uma associação criada por damas cariocas, que tinha como objetivo “proteger” a mulher. O escândalo devia-se sobretudo ao fato de ter sido escrita por uma mulher. Algumas filhas de famílias “respeitáveis” foram proibidas de ler seus poemas.

Apesar de seu trabalho em prol da causa comunista, Laura mantinha uma relação tensa com a estrutura partidária. Por exemplo, embora editasse as cartas dirigidas ao jornal “A Classe Operária”, seu trabalho não era divulgado. Como afirma Bernardes: “Mais uma vez, assistimos a direção do PCB ocultando o trabalho da militância feminina (...). Apesar de Laura ter sido uma militante ativa e dedicada, sua recusa em filiar-se ao partido parece nos mostrar que o compromisso dela era com o comunismo e não com o PCB, inclusive porque o Partido não dava espaço efetivo de igualdade para as mulheres. Sua atuação é claramente demarcada pelos movimentos de solidariedade (...), ou às atividades ligadas à cultura e à literatura, embora seu nome não aparecesse. As tarefas que davam a ela maior visibilidade eram as atividades de agitação e propaganda mas, como podemos constatar, todas as tarefas que ela executava eram fora da estrutura partidária, portanto, fora da esfera do ‘poder’ interno do PCB”.²⁰

A partir destes fragmentos biográficos de mulheres ligadas ao movimento operário brasileiro, é possível extrair algumas conclusões. Primeiro, existiam mulheres que não se conformavam com o papel que lhes era destinado: o de esposa-mãe-dona-de-casa, circunscrito à esfera do lar. Muitas ingressaram na vida pública através de diferentes canais. As três personagens citadas eram professoras, o que parece demonstrar que o *magistério* era um trabalho socialmente aceito para o sexo feminino, já que ele se aproximava bastante da maternidade. Porém não deixava de ser também uma forma de “sair de casa”. Todas eram escritoras: a *literatura* era uma forma fundamental de expressão feminina, embora na maioria das vezes apenas alguns gêneros fossem permitidos às mulheres: as poesias românticas e castas, a prosa fútil e ligeira. Porém, através dela, como demonstram os exemplos acima, era possível manifestar anseios, tomar posições, levantar a voz. Finalmente, o *movimento operário* também oferecia um espaço para a contestação dos valores e da moral patriarcal. Embora as discriminações estivessem muito presentes, como o caso de Laura Brandão bem demonstra, estas personagens associaram a causa da libertação da mulher com o projeto mais amplo de emancipação social, anarquista ou comunista. Professoras, escritoras e militantes... estas mulheres não foram apenas “companheiras”, mas ativas participantes das lutas dos trabalhadores brasileiros.

Concluindo, gostaria de ressaltar que os trabalhos recentes vêm demonstrando a inexistência de uma essência ou natureza feminina, e apontando para a variabilidade histórica e social dos papéis desempenhados por mulheres. Estas, em diferentes épocas, manifestam anseios, calam, gritam, reivindicam, se submetem, resistem dentro de um campo de possibilidades historicamente limitadas. Este foi o caso das mulheres que de formas diversas atuaram no movimento operário brasileiro entre 1889 e 1930. Algumas deixaram sua voz para a posteridade, outras foram reduzidas ao silêncio. Espero que este trabalho tenha contribuído para tornar mais claras as suas vozes.

ANEXO 1 - fonte: jornal "A Vida", 30/01/1914.





Avanti! Mam. speciale: 200 Rs.

Numero speciale del Primo Maggio -- Pubblicato a cura del Circolo Socialista "Avanti!"



ANEXO 4 - fonte: jornal "A Plebe", 27/05/1922.



Es preciso que a civilização libertária se levante sobre os escombros da sociedade capitalista

NOTAS

- ¹ Apud RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930)*. São Paulo, Hucitec/UNICAMP, 1988.
- ² Apud SILVA, Maria Amélia Gonçalves da. *Rompendo o silêncio: a participação feminina no movimento operário de Rio Grande-Pelotas (1890-1920)*. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, PUCRS, v. XXII, n. 2, dezembro 1996, p. 158.
- ³ RODRIGUES, Edgar. *Alvorada operária: os congressos operários no Brasil*. Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1979.
- ⁴ RAGO, Margareth. *Trabalho feminino e sexualidade*. In: PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto/UNESP, 1997. p. 585.
- ⁵ Citado por RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. p. 79.
- ⁶ Citado por CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. p. 143.
- ⁷ Citado por RAGO, M. “Do cabaré...”, op. cit., p. 93.
- ⁸ Jornal “Echo Operário”, 19/02/1899. p. 1.
- ⁹ Transcrito no jornal “Echo Operário”, 01/05/1898. p. 2.
- ¹⁰ Citado por RAGO, M. “Do cabaré...”, op. cit., p. 98.
- ¹¹ Jornal “Echo Operário”, 17/10/1897. p. 1.
- ¹² Jornal “Echo Operário”, 20/09/1896. p. 2.
- ¹³ Estatutos da Sociedade União Operária. Rio Grande, Tipografia do Diário do Rio Grande, 1903. p. 5.
- ¹⁴ Citado por RAGO, Margareth. *Relações de gênero e classe operária no Brasil, 1890-1930. Caderno espaço feminino*. Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher da Universidade Federal de Uberlândia. p. 22.
- ¹⁵ Citado por RAGO, M. “Trabalho feminino...”, op. cit., p. 594.
- ¹⁶ Citado por RAGO, M. “Do cabaré...”, op. cit., p. 72.
- ¹⁷ Citado por SILVA, M. A. G. “Rompendo o silêncio...”, op. cit., p.p. 159-60.
- ¹⁸ Citações extraídas de RAGO, M. “Do cabaré...” e “Trabalho feminino...”, op. cit.
- ¹⁹ Citações extraídas de SILVA, M. A. G. “Rompendo o silêncio...”, op. cit.
- ²⁰ BERNARDES, Maria Elena. *Laura Brandão: a invisibilidade feminina na política*. Campinas, UNICAMP.